

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.
(Em milhares de reais)

1 - Contexto operacional

1.1 - Atividades desenvolvidas

A Minupar Participações S/A. “Companhia” tem por objeto principal a participação no capital de outras sociedades.

As controladas diretas Sulaves S.A. e Valepar S.A. também possuem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, tendo como controlada direta a Companhia Minuano de Alimentos (Minuano).

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos tem as suas principais atividades organizadas nos segmentos relacionados às atividades frigoríficas como prestador de serviço, e produção de produtos industrializados à base de carnes com Marca própria. A comercialização dos produtos com a marca “Minu” ocorre principalmente nos estados da região sul do Brasil além de exportar para países localizados na África, Leste Europeu, América Central e Ásia.

1.2 - Contabilidade no pressuposto da continuidade operacional

As informações contábeis individuais e consolidadas da Minupar foram preparadas no pressuposto de sua continuidade operacional. A Administração da Minupar entende ser capaz de cumprir com as obrigações sociais, tributárias e parcelamentos (notas explicativas 14, 15 e 16).

1.3 - Continuidade operacional

A administração da Companhia vem atuando fortemente na reestruturação da dívida tributária, e neste sentido, em novembro de 2017 a sua controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos aderiu ao parcelamento instituído pela Lei 13.496/2017 - Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, permitindo parcelamentos de débitos fiscais vencidos até abril de 2017 com descontos e utilização de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social para quitação de débitos tributários.

Na mesma linha, também mantêm em andamento outros parcelamentos especiais, quais sejam: Parcelamentos Especiais das Leis 11.941/09 e 12.996/14, conforme nota explicativa 16.

Importante destacar, que o passivo tributário federal, reconhecido contabilmente, inclusive o que fora indicado em parcelamentos mantidos pela Companhia, continua sendo objeto do trabalho de revisão.

Este trabalho de revisão busca a adequação da real e devida obrigação tributária que compõem o saldo contábil/fiscal, depois de analisadas dentro do enquadramento da atual legislação e jurisprudências pacificadas de última instância no poder judiciário.

A Companhia concentra parte de suas atividades através de um contrato de prestação de serviço de abates de aves, o qual está em situação ativa e regular junto à outra empresa do ramo, a manutenção destas atividades só se faz possível visto as condições específicas do contrato relacionadas a habilitações para atendimento de quesitos de qualidade técnica dos produtos, produção personalizada para determinados clientes, e ciclo produtivo na prestação de serviços de produção de ovos, pintos de um dia, rações, abate de frangos e processamento industrial de carne de frango, através do seu complexo agroindustrial localizado na região de Lajeado (RS). As operações contempladas no contrato envolvem a

utilização de granja de recria e granja de produção, incubatório, indústria de ração e abatedouro de aves habilitado para exportar para mercados externos. O quadro de pessoas envolvidas neste ciclo operacional conta com aproximadamente 2.500 empregos diretos.

A Administração da Companhia reconhece as dificuldades de estrutura de capital, elevada dívida tributária, no entanto, conforme descrito acima, a Administração não tem dúvida quanto à continuidade operacional dos negócios da Companhia. As negociações ora em andamento aliadas às perspectivas de melhora operacional certamente conduzirão a uma nova situação de vitalidade financeira capaz de financiar de forma sustentada o crescimento das operações da Companhia.

2 - Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício de 31 de dezembro de 2018 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da lei nº 11.638/07 e lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo comitê de pronunciamentos contábeis - CPC e aprovados pela comissão de valores mobiliários - CVM.

A Administração autorizou, em 29 de março de 2019, a conclusão e divulgação das demonstrações contábeis referente ao exercício de 31 de dezembro de 2018.

3 - Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Declaração de conformidade

3.1.1 Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de demonstrações contábeis (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Estas demonstrações contábeis foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) e aprovados pela comissão de valores mobiliários (CVM).

3.1.2 Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da Companhia também foram elaboradas com base nas normas internacionais de contabilidade. As demonstrações contábeis da controladora estão sendo publicadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

3.2 Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Minupar Participações S/A, e suas controladas diretas Sulaves S.A. e Valepar S.A. e de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos. Os saldos de ativos e passivos e os valores das transações comerciais, entre as empresas consolidadas, foram eliminados no processo de consolidação.

3.2.1 Demonstrações contábeis consolidadas

A Companhia efetua a consolidação de suas demonstrações contábeis de acordo com as atuais práticas contábeis adotadas no Brasil, e em conformidade com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), aprovados pela comissão de valores mobiliários (CVM). Não há diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS's e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, desta forma a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

3.2.2 Demonstrações contábeis individuais

No balanço patrimonial individual, as participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

3.3 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas incluem certas estimativas referentes às provisões de natureza trabalhista, provisão para contingências, provisão para devedores duvidosos, provisões operacionais e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

3.4 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

A administração da Companhia e de suas controladas definiu que sua moeda funcional é o Real. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

3.5 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos pelos numerários em fundo fixo de caixa, mantidos pela Companhia e suas controladas, bem como pelos depósitos em conta corrente.

3.6 Contas a receber

As contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas no recebimento de créditos. No período os saldos das contas a receber de clientes referem-se a vendas nos mercados interno e externo.

3.7 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

3.8 Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e também por retenções na fonte.

3.9 Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

3.10 Investimentos

3.10.1 Participações societárias

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora. Os demais investimentos são avaliados pelo seu valor justo.

3.10.2 Propriedades para investimentos

As propriedades para investimento são representadas por terrenos, obras civis e máquinas e equipamentos para locação mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital. Os bens classificados como propriedade para investimento estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável, o qual é determinado através do valor justo.

As receitas de aluguel, geradas pela propriedade para investimento, são reconhecidas no resultado, dentro de cada competência. Os resultados positivos ou negativos na venda de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

3.11 Imobilizado

De acordo com a deliberação CVM nº 583/09, a controlada Companhia Minuano de Alimentos estabeleceu adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados. A controlada deverá efetuar periodicamente a análise de seus valores recuperáveis, ajustando os critérios que determinam a vida útil estimada e o respectivo cálculo de depreciação sendo eventuais efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas contabilizadas prospectivamente.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, as taxas que variam de 2,50% a.a. a 33,33% a.a. de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

3.12 Intangível

Os ativos intangíveis da Companhia estão classificados em dois grupos:

- a) Ativo intangível de vida útil definida; e
- b) Ativo intangível de vida útil indefinida.

Ativos intangíveis de vida útil definida referem-se a softwares, registrados pelo custo de aquisição e amortizados de forma sistemática, de forma que a apropriação ocorre ao longo da sua vida útil estimada.

Ativos intangíveis de vida útil indefinida referem-se a marcas e patentes, são reconhecidas pelo custo de aquisição e não são amortizadas, a avaliação com relação a perda de valor é realizada anualmente ou quando exista algum indício de que o ativo possa ter perdido valor, e a forma de avaliação do valor recuperável é realizada através na análise do valor em uso.

As práticas supramencionadas relativas aos ativos intangíveis estão em conformidade com a deliberação CVM n° 644/10.

3.13 Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício a Companhia e suas controladas, revisam o valor contábil de seus ativos, tais como: propriedade para investimentos, ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o possível montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.15 Estimativas dos ativos e passivos contingentes

Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a administração da Companhia e de suas controladas, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procedem à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações contábeis. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

3.16 Ajuste a valor presente dos ativos e passivos

Quando aplicável, os ativos de longo prazo e os passivos não circulantes são ajustados ao seu valor presente, o mesmo critério pode ser aplicado aos ativos e passivos circulantes, quando seu efeito for considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis. A Companhia e suas controladas efetuaram os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo, ou passivo, em consonância com a deliberação CVM nº 564/08.

3.17 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no encerramento de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos das demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, e também sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa, os quais são reconhecidos quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucros tributáveis futuros em montante suficiente para que tais tributos possam ser utilizados, sendo que quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua recuperação, seus valores são ajustados pelo montante esperado de recuperação.

3.18 Reconhecimento das receitas de vendas e de serviços

A receita é reconhecida:

- (a) quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e
- (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas.

3.19 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.20 Julgamento e uso de estimativas contábeis

As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis pela administração são:

- (a) os créditos de liquidação duvidosa, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- (b) vida útil, “*Impairment*” e valor residual das propriedades para investimentos, dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis; e
- (c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda.

3.21 Demonstração do valor adicionado - DVA

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas na Deliberação CVM nº 557/08 da comissão de valores mobiliários, as quais são apresentadas como

parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, no caso a Minupar, enquanto para a IFRS representam informação contábil adicional.

3.22 Adoção as novas normas contábeis

A partir de 01 de janeiro de 2018, entrou em vigência as referidas normas contábeis:

- a) Instrumentos Financeiros - IFRS 09, convertido pelo CPC 48 e traduzido pela NBC TG 48 e CVM 763/16; e
- b) Receita de Contrato com Cliente - IFRS 15, convertido pelo CPC 47 e traduzido pela NBC TG 47 e CVM 762/16.

3.22.1 Principais alterações trazidas no CPC 47

As orientações previstas na norma NBC TG 47 - Receita de Contratos com Clientes revogam e compilam as informações anteriormente apresentadas nas normas NBC TG 17 - Contratos de Construção e NBC TG 30 - Receitas, todavia as alterações não provocaram mudanças nas práticas já adotadas pela Companhia. Em análise realizada sobre as alterações trazidas no CPC 47, cabe ressaltar as que produzem maior relevância, estas referem-se a: obrigação de performance de contrato, transferência de controle e segregação de elementos contratuais sobre o que possa ser entendido como vendas separadas, sobre tais alterações a Companhia informa que tais critérios não interferem em suas operações já existente, pois os contratos relativos a venda possuem forte análise preventiva em relação ao risco de crédito com clientes, bem como não há índice histórico de perdas sobre créditos, também cabe ressaltar que as receitas são reconhecidas somente se atendidos todos os critérios previstos no CPC 47, deste modo a Companhia informa que está em Compliance com a referida norma e acrescenta que não fora afetada pelos impactos trazidos no CPC 47.

3.22.2 Principais alterações trazidas no CPC 48

De acordo com as orientações previstas na norma NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros, foram alterados alguns dispositivos anteriormente previstos na norma NBC TG 38, de forma que a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros, anteriormente estabelecida com critérios que previam a classificação como: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda, passou a ser realizada através dos seguintes critérios:

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivo, o custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e ou perdas cambiais ou de impairment são reconhecidos no resultado, assim como qualquer reversão que se faça necessária.

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado: Esses ativos são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros ou outro tipo de receita, é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Esses ativos são mensurados ao valor justo, os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivo, ganhos e ou perdas cambiais ou de impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Esses ativos são mensurados ao valor justo. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes e nunca são reclassificados para o resultado.

4 - Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	-	-	5	4
Bancos - conta corrente	-	-	239	233
Total	-	-	244	237

5 - Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Mercado interno	-	-	21.572	13.629
Mercado externo	-	-	5.288	4.893
(-) Provisão para perda	-	-	(823)	(714)
(-) Vendas não efetivadas	-	-	(1.099)	(637)
Subtotal	-	-	24.938	17.171
(-) Adiantamentos de clientes	-	-	(385)	(1.265)
Saldo líquido de contas a receber	-	-	24.553	15.906

A Companhia e suas controladas têm como procedimento analisar seus títulos vencidos mensalmente, adotando critérios de provisionamento compatíveis com as práticas contábeis e em consonância com as regras fiscais.

6 - Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Produtos prontos	-	-	473	545
Produtos em elaboração	-	-	69	92
Matérias primas	-	-	1.123	1.084
Materiais de embalagem	-	-	1.443	1.086
Materiais de manutenção	-	-	2.319	2.129
Vendas não efetivadas	-	-	737	473
Total	-	-	6.164	5.409

A Companhia e suas controladas, continuamente realizam análise de rotatividade dos bens que integram os seus estoques, através da qual constatou não ser necessária a constituição de provisão para perdas por obsolescência. Através da adoção da deliberação CVM nº 597/09, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos postergou o reconhecimento de receitas para o momento em que os requisitos da referida deliberação sejam atendidos. Em consequência disto, fora reconhecido em estoque nos períodos acima encerrados o custo vinculado a estas receitas, os quais serão reconhecidos no resultado na proporção do reconhecimento das respectivas receitas.

7 - Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
IRRF a recuperar	-	-	2	2
IRPJ a recuperar	-	1	2	3
CSLL a recuperar	2	2	2	2
PIS e COFINS a recuperar	-	-	4	41
ICMS a recuperar	-	-	618	1.529
ICMS a recuperar - Imobilizado	-	-	96	115
Crédito de Exportação (Reintegra)	-	-	202	202
Circulante	2	3	926	1.894
Crédito prêmio IPI s/ exportações	-	-	34.369	34.369 (a)
(-) Provisão para perda	-	-	(34.369)	(34.369) (a)
ICMS a recuperar - imobilizado	-	-	68	145
Não Circulante	-	-	68	145
Total	2	3	994	2.039

a) Crédito prêmio IPI

O montante de R\$ 34.369 mil refere-se à saldo de crédito de prêmio IPI sobre exportações, oriundo de outubro de 1982 até outubro de 1990, devidamente deduzido das compensações formalizadas até 31 de dezembro de 2011, todavia tal crédito está sob discussão judicial vinculada à ação ordinária de nº 87.0001354-4. Este processo foi analisado em 31 de dezembro de 2018 pelos assessores jurídicos da Companhia, os quais emitiram relatório indicando a probabilidade de êxito como “possível”.

Tendo como base a avaliação apresentada no relatório dos assessores jurídicos da Companhia do processo em epígrafe, assim como as indicações constantes na norma brasileira de contabilidade técnica geral nº 25 - “NBC TG 25”, aprovada pela comissão de valores mobiliários através da instrução CVM nº 594/09, a Companhia procedeu ao reconhecimento da provisão para perda deste crédito, embora entenda que existe grande chance deste valor ser convertido no futuro.

Nos parágrafos a seguir se relata uma breve explanação sobre o histórico do processo vinculado ao crédito prêmio IPI:

No ano de 2009, com a decisão do supremo tribunal federal que limitou em 05 de outubro de 1990, o direito ao crédito de incentivo fiscal setorial instituído pelo art. 1º do decreto lei nº 491, de 5 de março de 1969, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos procedeu ajustes em seu ativo pela redução do valor referente ao período posterior a 1990, que estava registrado desde o exercício de 2006. Tendo por base parecer dos consultores jurídicos, entende que o registro contábil do crédito ocorrido em 2006, ajustado ao que foi limitado pelo STF, está amparado em decisão judicial definitiva nos autos da ação ordinária nº. 87.0001354-4, que não admite mais a interposição de ação rescisória. Desta forma, o saldo de R\$ 34.369 mil no ativo não circulante decorre da decisão da Companhia em limitar o crédito à decisão do STF.

Considerando a necessidade de manter a segurança jurídica da Companhia e da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, a controlada optou por incluir os débitos cujas compensações foram realizadas com a utilização de crédito apurado após 05 de outubro de 1990, em dois parcelamentos: O parcelamento especial instituído pela MP 470, e o parcelamento instituído pela Lei 11.941/2009 (REFIS DA CRISE 2009). Contudo em janeiro/2013 a controlada Companhia Minuano de Alimentos foi formalmente excluída deste último parcelamento por inadimplência.

A Companhia, através de seus assessores jurídicos, realizou ampla discussão em processos administrativos, inclusive com a interposição, em 29/02/2012, de recurso voluntário ao conselho administrativo de recursos fiscais (CARF), objetivando o direito ao crédito. Em decisão proferida no dia 27/11/2013, a turma negou provimento ao referido recurso e, consequentemente, não reconheceu o direito ao crédito à controlada, sob o entendimento de não haver documentação comprobatória das exportações, que se traduziriam pelas notas fiscais da época. Diante da referida decisão administrativa, que se contrapôs àquela proferida na ação ordinária nº. 87.0001354-4, a controlada, em 12/09/2014, optou por ajuizar uma ação anulatória, cuja principal discussão envolve a possibilidade de comprovação das exportações através de sua escrita fiscal, bem como, por relatórios de exportação emitidos pelo ministério do desenvolvimento indústria e comércio (MDIC). A referida ação tramita na 22ª vara federal de Brasília sob o nº. 0064091.31.2014.4.01.3400.

8 - Outros ativos

Acerca do saldo apresentado em Outros Ativos em 31 de dezembro de 2018, cabe ressaltar que o montante de R\$ 10.637 refere-se a saldo de créditos oriundos de transferências financeiras realizadas junto a empresa Agostinho Carrer Part. Ltda, o qual foi objeto de análise efetuada pela Companhia em 2018 a luz do que determina as orientações previstas no CPC 05, aprovado pela NBC TG 05 e CVM 642/10, nesta análise constatou-se à ausência de vínculo societário ou qualquer relação que pudesse caracterizar a empresa Agostinho Carrer Part. Ltda como parte relacionada de Minupar Participações S.A., deste modo foi realizada a reclassificação contábil do saldo anteriormente apresentado como “partes relacionadas”.

Anteriormente esta operação vinha sendo tratada com “parte relacionada” devido a intenção proposta inicialmente com a empresa Agostinho Carrer Part. Ltda, todavia as operações não se concretizaram.

Em 31 de dezembro de 2018 foi realizada a revisão do referido crédito e identificou-se a necessidade de reconhecimento de impairment pelo valor de R\$ 2.115, conforme indicado na nota explicativa 27.

9 - Investimentos

a) Participações societárias

Em 31/12/2018 a Companhia é controladora direta das seguintes empresas:

	Valepar S.A.	Sulaves S.A.	Total
Participação societária (%)	99,99%	99,99%	
Provisão para perda de investimento em 31/12/2017	(214.900)	(77.904)	(292.804)
+/- Equivalência patrimonial	(45.575)	(16.559)	(62.134)
Provisão para perda de investimento em 31/12/2018	(260.475)	(94.463)	(354.938)

b) Propriedades para investimento

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de propriedades para investimento:

Grupo	31/12/2018			31/12/2017		
	Custo	Deprec.	Líquido	Custo	Deprec.	Líquido
Terrenos	7.742	-	7.742	7.742	-	7.742
Obras civis	26.554	(7.110)	19.444	26.554	(7.110)	19.444
Máquinas e equipamentos	13.558	(7.439)	6.119	13.617	(7.461)	6.156
Outros	541	(364)	177	541	(346)	195
(-) Impairment	(2.320)	-	(2.320)	(2.320)	-	(2.320)
Total	46.075	(14.913)	31.162	46.134	(14.917)	31.217

Os valores das propriedades para investimentos apresentados em 31 de dezembro de 2018 foram avaliados por meio de cotação junto a imobiliária, e desta avaliação não foi identificada necessidade de ajuste por perda de ativo para este exercício.

A movimentação das propriedades para investimento apresenta-se da seguinte forma:

Grupo	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Deprec.	Transf.	Saldo em 31/12/2018
Terrenos	7.742	-	-	-	-	7.742
Obras civis	19.444	-	-	-	-	19.444
Máquinas e equipamentos	6.156	-	(2)	-	(35)	6.119
Outros	195	-	-	(16)	(2)	177
(-) Impairment	(2.320)	-	-	-	-	(2.320)
Total	31.217	-	(2)	(16)	(37)	31.162

10 - Imobilizado

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de imobilizado:

Grupo	Taxas	31/12/2018			31/12/2017		
		Custo	Deprec.	Líquido	Custo	Deprec.	Líquido
Terrenos	-	15.593	-	15.593	15.593	-	15.593
Prédios	2,50%	70.303	(20.582)	49.721	69.454	(18.646)	50.808
Maquinas e equipamentos	5,00% - 6,67%	51.943	(32.049)	19.894	50.141	(28.726)	21.415
Moveis e utensílios	8,33%	4.107	(2.930)	1.177	4.310	(2.781)	1.529
Computadores e periféricos	33,33%	1.135	(788)	347	1.066	(671)	395
Veículos	20,00%	646	(622)	24	636	(579)	57
Imobilizações em andamento	-	3.484	-	3.484	656	-	656
Outros	-	14	(14)	-	16	(13)	3
Total		147.225	(56.985)	90.240	141.872	(51.416)	90.456

A movimentação dos imobilizados apresentam-se da seguinte forma:

Grupo	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Deprec.	Transf.	Saldo em 31/12/2018
Terrenos	15.593	-	-	-	-	15.593
Prédios	50.808	179	-	(1.937)	671	49.721
Maquinas e equipamentos	21.415	1.455	(12)	(3.428)	464	19.894
Moveis e utensílios	1.529	54	(3)	(405)	2	1.177
Computadores e periféricos	395	85	(4)	(128)	(1)	347
Veículos	57	11	-	(44)	-	24
Imobilizações em andamento	656	3.927	-	-	(1.099)	3.484
Outros	3	-	-	(3)	-	-
Total	90.456	5.711	(19)	(5.945)	37	90.240

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia procedeu a análise do valor recuperável de seus ativos imobilizados, utilizando-se do valor em uso, e nesta análise identificou a adequação dos saldos de seus referidos ativos imobilizados, sem necessidade de constituir qualquer ajuste por perda de valor.

11 - Intangível

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de intangível:

Grupo	Taxas	31/12/2018			31/12/2017		
		Custo	Amort.	Líquido	Custo	Amort.	Líquido
Softwares	20,00%	431	(292)	139	391	(236)	155
Marcas e Patentes	-	148	-	148	148	-	148
Total		579	(292)	287	539	(236)	303

A movimentação dos intangíveis apresentam-se da seguinte forma:

Grupo	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Amort.	Transf.	Saldo em 31/12/2018
Softwares	155	39	-	(55)	-	139
Marcas e Patentes	148	-	-	-	-	148
Total	303	39	-	(55)	-	287

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia procedeu a análise do valor recuperável de seus ativos intangíveis, utilizando-se do valor em uso, e nesta análise identificou a adequação dos saldos de seus referidos ativos intangíveis, sem necessidade de constituir qualquer ajuste por perda de valor.

12 - Empréstimos e financiamentos

Instituição	Encargos	Vcto	Controladora		Consolidado	
			31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Banco do Brasil	TR + 0,7% a.m.	mar/21	-	-	189	117 (a)
Banrisul - consórcio	-	-	-	-	40	39
		Circulante	-	-	229	156
Banco do Brasil	TR + 0,7% a.m.	mar/21	-	-	236	1.056 (a)
Banrisul - Consórcio	-	-	-	-	232	261
		Não circulante	-	-	468	1.317

a) Acordo bancário realizado em 25 de março de 2011 com o Banco do Brasil S/A referente aos processos judiciais nº 017/1.03.0008.229-8 e 017/1.04.0002.561-0.

13 - Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores nacionais	265	277	7.531	6.710
Total	265	277	7.531	6.710

Conforme determina a deliberação CVM nº 564/08, a partir de 2015 a administração da Companhia suspendeu o reconhecimento do ajuste a valor presente pelo fato dos fornecedores tratarem-se de operações passivas de curto prazo sobre as quais o ajuste a valor presente não produz efeito relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis.

14 - Salários e encargos sociais a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Provisões de férias e 13º salário	-	-	7.891	7.581
Salários / Pró-labore a pagar	150	150	2.415	2.449
Rescisões a pagar	-	-	9	16
Outras obrigações a pagar	-	-	1.914	2.604
Total	150	150	12.229	12.650

15 - Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
INSS a recolher	4	4	203.508	202.421
FGTS a recolher	-	-	1.913	565
IRRF a recolher	1	1	507	430
IRPJ a recolher	-	-	94.776	78.316
CSLL a recolher	-	-	34.316	24.948
COFINS a recolher	-	-	43.340	14.333
PIS a recolher	-	-	9.176	1.337
Impostos Retidos	-	-	421	396
ICMS a recolher	-	-	1.757	1.702
Outros	-	-	1.263	642
Total	5	5	390.977	325.090

No decorrer do ano de 2018, com intuito de promover a transparência e uma visão realística das suas obrigações tributárias, a administração da Companhia aperfeiçoou seus controles internos, políticas institucionais e manuais de procedimentos operacionais. Nesse processo, foram identificados fatos novos, correspondentes às atuais obrigações relacionadas ao seu passivo tributário e encargos legais decorrentes, cuja avaliação da obrigação foi classificada com grande chance de exigibilidade e execução.

Diante da análise realizada em 2018, foi possível discriminar os débitos em duas categorias: valores no âmbito da RFB - Receita Federal do Brasil, e valores no âmbito da PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, no quadro abaixo são demonstrados os débitos de forma segregada.

	31/12/2018		
	RFB	PGFN	Total
INSS a recolher	31.540	171.968	203.508
FGTS a recolher	578	1.335	1.913
IRRF a recolher	507	-	507
IRPJ a recolher	4.311	90.465	94.776
CSLL a recolher	1.563	32.753	34.316
COFINS a recolher	2.521	40.819	43.340
PIS a recolher	547	8.629	9.176
Impostos Retidos	-	421	421
ICMS a recolher	170	1.587	1.757
Outros	642	621	1.263
Total	42.379	348.598	390.977

Os fatores destacados nesse processo apontaram a necessidade de recomposição de determinados débitos tributários, assim como atualização de encargos legais de parte do passivo tributário, em decorrência do que dispõe Lei nº 10.522/2002, cuja situação encontra-se em estágio avançado de cobrança, nos termos de prognóstico de probabilidade apurado com os critérios previstos na norma NBC TG 25. A análise dos fatores intrínsecos às avaliações

supramencionadas foram formalizadas através de revisão feita pelos assessores jurídicos da Companhia, os quais apresentaram parecer indicando que existe risco iminente em relação a cobrança das dívidas ajustadas.

16 - Parcelamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Parcelamento - PERT (a)	-	-	1.103	1.006
Parcelamento - Lei 12.996/14	24	23	1.829	1.736
Parcelamento - Lei 11.941/09	8	8	8	8
Parcelamento - FGTS	-	-	642	628
Parcelamento - ICMS	-	-	203	1.336
Parcelamento - IOF	-	-	80	73
Parcelamento - Ordinário	-	-	2.313	-
Circulante	32	31	6.178	4.787
Parcelamento - PERT (a)	-	-	10.957	11.147
Parcelamento - Lei 12.996/14	243	255	18.291	19.525
Parcelamento - Lei 11.941/09	40	47	40	46
Parcelamento - FGTS	-	-	6.561	7.000
Parcelamento - ICMS	-	-	717	883
Parcelamento - IOF	-	-	20	104
Parcelamento - Ordinário	-	-	7.633	-
Não circulante	283	302	44.219	38.705

- (a) A Companhia aderiu ao PERT - Programa Especial de Regularização Tributária (Lei 13.496/17) em setembro de 2017, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, na modalidade de débitos previdenciários (art. 2º, inciso I) e demais débitos (art. 2º, inciso I), e perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nas modalidades de débitos previdenciários (art. 3, inciso II, alínea “b”) e demais débitos (art. 3, inciso II, alínea “b”).

Todos os efeitos da adesão ao PERT foram devidamente calculados e registrados, sendo que, abaixo, apresentamos o resumo dos valores totais indicados no referido parcelamento:

Total dos débitos incluídos no PERT	56.548 (i)
(-) Pagamentos efetuados até dezembro de 2017 (entrada)	(11.332)
(-) Compensação com prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	(7.845) (ii)
(-) Anistia de multa, juros e encargos legais	(25.218) (iii)
Saldo remanescente em 31/12/2017 parcelado em 145 vezes	12.153
(+) Atualização Selic de Jan-18 até Dez-18	972
(-) Pagamentos efetuados de Jan-18 até Dez-18	(1.065)
Total	12.060
Circulante	1.103
Não circulante	10.957

(i) O montante de R\$ 56.548 refere-se ao valor total de débitos consolidados no PERT, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nas modalidades débitos previdenciários e demais débitos, respectivamente, nas seguintes importâncias:

Esfera	Natureza	Valor
Secretaria da receita federal do Brasil	Débitos previdenciários	8.078
	Demais débitos	1.729
Procuradoria-geral da fazenda	Débitos previdenciários	856
	Demais débitos	45.885
Total		56.548

(ii) O montante de R\$ 7.845 refere-se ao valor de Prejuízo Fiscal e de Base de Cálculo Negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) utilizado para quitação do saldo remanescente de débitos, em 31 de dezembro de 2017, quando da consolidação do PERT perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos moldes do previsto no artigo 2, inciso I, da Lei 13.496/17:

Importante observar que não foram utilizados prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para as modalidades perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

(iii) O montante de R\$ 25.218 refere-se à anistia de multa, juros e encargos legais concedidas quando houve a adesão de débitos, na modalidade débitos previdenciários e demais débitos, perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por força do artigo 3º, inciso II, alínea “b”, da Lei 13.496/17:

No quadro a seguir, consta o racional e memória de cálculo das referidas reduções:

Esfera	Natureza	Débito	Valor da dívida	(Entrada)	Saldo em 31/12/17	Anistia	
						%	R\$
Procuradoria-Geral da Fazenda	Débitos previdenciários	Principal	430	(86)	344	0%	-
		Multa	86	(17)	69	50%	35
		Juros	197	(39)	158	80%	126
		Encargos	143	(29)	114	100%	114
	Demais débitos	Principal	6.789	(1.358)	5.431	0%	-
		Multa	5.426	(1.085)	4.341	50%	2.171
		Juros	26.022	(5.205)	20.817	80%	16.654
		Encargos	7.648	(1.530)	6.118	100%	6.118
Total		46.741	(9.349)	37.392	25.218		

Há de se notar que não foi concedida anistia de multa, juros e encargos legais para as modalidades perante a Receita Federal do Brasil.

Após a adesão ao PERT, a Companhia recebeu e respondeu às intimações e aos avisos, os quais informavam a existência de possíveis causas de sua exclusão do parcelamento das modalidades perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por suposto descumprimento do artigo 1º, Parágrafo 4º, incisos III e V, da Lei 13.496/17, consoante disposto no artigo 17, incisos VII e VIII da Portaria PGFN nº 690, de 29 de junho de 2017:

Diante disso, a Companhia tem adotado medidas para a sua manutenção no PERT, especificamente:

(i) Quanto aos débitos em aberto decorrentes da incidência sobre a redução das multas e do juros moratórios em virtude da adesão ao PERT de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL),

Programa Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), a Companhia buscou liquidar tais valores por meio de Declaração de Compensação, de procedimento administrativo sob nº 13052.720038/2019-57, a qual está sob análise do setor público fiscal competente.

(ii) Quanto aos débitos previdenciários em aberto, a Companhia aderiu ao Parcelamento Ordinário instituído pela Lei 10.522/2002, tratado no processo administrativo nº 13052.720.217/2018-11. O parcelamento está sob análise da fiscalização federal em razão da pendência de formalização de garantia nomeada nos autos das Execuções Fiscais nº 5000467-10.2018.4.04.7114 e 5003024-67.2018.4.04.7114, consoante determinando pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

(iii) Quanto aos débitos de Contribuição ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, a Companhia busca a emissão de Certificado de Regularidade do FGTS - CRF perante a Caixa Econômica Federal, tendo em vista que há regular penhora de bens relacionada à Execução Fiscal nº 5005346-94.2017.4.04.7114, cuja cobrança é combatida por meio dos Embargos à Execução Fiscal nº 5000691-11.2019.4.04.7114.

16.1 Programas de parcelamentos fiscais

A Companhia incluiu a maioria dos passivos tributários existentes em 2009, 2010 e 2013 na MP 470/2009 e nos parcelamentos advindos das leis 11.941/2009 e 12.996/2014, bem como a quitação antecipada de alguns parcelamentos existentes com base na lei nº 13.043/2014, contudo em janeiro/2013 a controlada Companhia Minuano de Alimentos foi formalmente excluída do parcelamento da lei 11.941/2009, por inadimplência. Com a adesão à MP 470/2009 a controlada Companhia Minuano reconheceu a inexistência do crédito prêmio IPI - exportação posterior a 05 de outubro de 1990. Por ocasião do reconhecimento integral do referido crédito, no exercício de 2006, a controlada o ofereceu à tributação pelo IRPJ e CSLL, sendo os tributos extintos por compensação, com o mesmo crédito. Tal compensação não foi reconhecida pelo Fisco sendo que os referidos débitos são objeto de cobrança. Em momento oportuno, a Controlada estará levando a discussão esse tema, visto que boa parte do valor que originou o referido débito no ano de 2006, foi reformulado mediante a decisão do STF em limitar em 05 de outubro de 1990 o direito ao crédito prêmio IPI - exportação.

16.1.1 Medida provisória nº 470/2009

A Companhia formalizou em 30 de novembro de 2009, a adesão ao parcelamento de débitos fiscais previstos na medida provisória nº 470/2009. Este programa permitiu a liquidação de multas, juros e montantes de “principal” dos tributos, com benefícios de redução de até 100% nas multas e 90% nos juros e o restante liquidado com créditos tributários de IRPJ e CSLL decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, em montante aproximado de R\$ 61 milhões. Em 30 de outubro de 2012, a receita federal do Brasil indicou inconsistências nos saldos de prejuízos fiscais apresentados pela controlada. Tais alegações de inconsistências foram objeto de ação administrativa protocolada em 29 de novembro de 2012. No quadro abaixo, segue a apresentação dos saldos decorrentes deste parcelamento à época.

MP 470/2009	
Passivo tributário objeto da MP 470/2009	61.896
(-) Reduções da MP 470/2009	(24.213)
(-) Montante utilizado do prejuízo fiscal	(37.683)
Total	-

Contudo, conforme assessoria jurídica da controlada indireta, há uma probabilidade possível de exclusão de valores do parcelamento no montante de R\$ 35.279 mil.

16.1.2 Lei nº 12.996/2014

Em 25 de agosto de 2014, a Companhia e sua controlada indireta aderiram, com parte de seus passivos tributários federais, ao programa de parcelamento oriundo da lei nº 12.996/2014 e portaria conjunta PGFN/RFB Nº 14/2014, sendo que os benefícios econômico-financeiros foram devidamente registrados no momento da adesão.

Como consequência do referido parcelamento, a Companhia liquidou valores correspondentes a multas de mora, de ofício e isoladas e a juros de mora, remanescentes após as reduções legais, com a utilização de créditos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social, estes validados pela receita federal do Brasil - RFB e procuradoria geral da fazenda nacional - PGFN, no momento da consolidação da dívida. Para fins de adesão ao referido parcelamento, a Companhia efetuou recolhimento mensal da antecipação com base nos percentuais determinados pelos referidos normativos, sendo estas acrescidas de juros correspondentes à variação mensal da taxa do sistema especial de liquidação e de custódia - SELIC.

Apresentamos no quadro abaixo o resumo da adesão ao parcelamento:

Lei nº 12.996/2014	
Passivo tributário parcelado	76.297
(-) Reduções da lei 12.996/2014	(23.310)
(-) Montante utilizado do prejuízo fiscal	(25.087)
Total líquido do passivo tributário aderido	27.900

Em 30 de julho de 2015, a procuradoria geral da fazenda nacional conjuntamente com a receita federal do Brasil, divulgaram, através da portaria conjunta PGFN/RFB nº 1.064/15, os procedimentos para consolidação da modalidade de demais débitos administrados pela PGFN e/ou pela RFB. Neste sentido, em agosto de 2015 a Companhia formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

Em 12 de abril de 2016, a procuradoria geral da fazenda nacional conjuntamente com a receita federal do Brasil, divulgaram, através da portaria conjunta PGFN/RFB nº 550/16, e suas alterações, os procedimentos para consolidação da modalidade previdenciária, relativa às contribuições sociais previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo único do art. 11 da lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição e às contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos. Neste sentido, em julho de 2016 a Companhia formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

Com relação a modalidade de demais débitos administrados pela PGFN e/ou RFB, além dos débitos que já haviam sido incluídos na adesão ocorrida em 2014, no momento da consolidação houve o incremento de R\$ 3.021 mil. Com relação aos valores da modalidade previdenciária administrada pela PGFN e/ou RFB, não houve incremento de novos débitos além dos informados no momento da adesão ocorrida em 2014.

17- Impostos diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
IRPJ diferido s/custo atribuído	-	-	334	334
CSLL diferido s/custo atribuído	-	-	120	120
Total - Circulante	-	-	454	454

IRPJ diferido s/custo atribuído	-	-	11.843	12.193
CSLL diferido s/custo atribuído	-	-	4.263	4.389
Total - Não circulante	-	-	16.106	16.582

18 - Partes relacionadas

a) Remuneração dos administradores

A remuneração global anual dos administradores da Companhia, tanto de suas controladas diretas como de sua controlada indireta foi fixada na assembleia geral ordinária realizada em 25 de abril de 2018 da seguinte forma:

- a) Minupar - em até R\$ 250 mil;
- b) Sulaves - em até R\$ 250 mil;
- c) Valepar - em até R\$ 250 mil; e
- d) Minuano - em até R\$ 1.200 mil.

No quadro a seguir apresentamos a remuneração da administração percebida no ano de 2018:

	Controladora	Consolidado
Conselho de administração	94	94
Diretoria executiva	72	720

Os valores pagos durante o ano de 2018 a título de remuneração do conselho de administração e da diretoria executiva não ultrapassou os limites propostos na assembleia geral ordinária realizada em 25 de abril de 2018.

b) Operações com partes relacionadas

Ativo não circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Agostinho Carrer Part. Ltda	-	12.752	-	12.752 (i)
Valepar S/A	514	514	-	-
Companhia Minuano	5.260	5.260	-	-
Total	5.774	18.526	-	12.752
Passivo não circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Serra do Roncador Part. Ltda	-	-	23.779	22.000
Companhia Minuano	11.181	10.690	-	-
Acionistas e outros	9.194	6.939	9.193	6.939
Total	20.375	17.629	32.972	28.939

- (i) O montante de R\$ 12.752 referente crédito junto a empresa Agostinho Carrer Part. Ltda foi reclassificado contabilmente para Outros Ativos, devido à ausência de vínculo societário entre as empresas (Nota explicativa 8).

Os créditos e obrigações entre partes relacionadas não possuem prazos estipulados para recebimento e liquidação e estão condicionados à maximização do fluxo de caixa das empresas. Os juros praticados nas operações estão dentro das remunerações praticadas pelo mercado.

19 - Provisão para contingência

A Companhia, e suas controladas, são parte envolvida em processos tributários, cíveis e trabalhistas, cujas discussões estão em andamento tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando aplicável, tais discussões são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para perdas prováveis decorrentes desses processos são constituídas pela Administração, considerando a opinião de seus assessores jurídicos.

Em 31 de dezembro de 2018 foram apuradas as seguintes provisões de contingências e respectivos depósitos judiciais:

Natureza	31/12/2018			31/12/2017		
	Contingências	Depósitos	Saldo Residual	Contingências	Depósitos	Saldo Residual
Trabalhista	10.521	3.543	6.978	13.593	2.163	11.430
Cível	19.931	9.476	10.455	13.246	3.189	10.057
Tributária	-	-	-	281	-	281
Total	30.452	13.019	17.433	27.120	5.352	21.768

Com base na avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, foi apurado para 31 de dezembro de 2018, processos judiciais com probabilidade de risco de perda “possível” na quantia de R\$ 48.680, destes, R\$ 29.045 são relativos a natureza civil e R\$ 19.635 são relativos a natureza trabalhista.

Processos de natureza tributária são tratados como passivos tributários, e estão contemplados de forma detalhada nas notas explicativas 7, 15 e 16.

20 - Patrimônio líquido

a) Capital social

O Capital social da Companhia ao final do período é de R\$ 120.108 mil representado por 7.100.100 mil (sete milhões, cem mil e cem) ações ordinárias.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Em virtude da adoção integral das normas internacionais de contabilidade, adaptadas através dos CPC's aprovados pela comissão de valores mobiliários (CVM), a Companhia possui registrado em seu patrimônio líquido, saldo decorrente de avaliação reflexa ocorrida nas propriedades para investimento e no imobilizado a custo atribuído de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

c) Reserva legal

Quando aplicável, será constituída reserva legal à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até o limite de 20% do capital social.

d) Dividendos

Quando aplicável e de acordo com o estatuto da Companhia, os acionistas têm o direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício ajustado consoante o disposto no Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

e) Outros resultados abrangentes

Estes valores estão diretamente vinculados à variação percentual da participação da Companhia em suas controladas.

21 - Cobertura de seguros

A Companhia, e suas controladas, têm por política a contratação de seguros para cobertura dos bens sujeitos a riscos. A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos considera que os valores segurados são suficientes para cobrir eventuais sinistros, a vigência do seguro corresponde ao período de abril de 2018 até abril de 2019, conforme demonstrado abaixo no quadro de valores em risco declarados:

Local de risco	Prédio	Máquinas	Mercadorias
Sede Administrativa	3.500	1.540	-
Abatedouros	27.000	36.500	5.500
Fábrica de embutidos	4.800	6.500	1.500
Fábrica de rações	7.000	4.500	1.500
Incubatório	5.000	4.000	300
Central de ovos	1.000	500	-
Granjas	8.892	400	300
Total	57.192	53.940	9.100

No que se refere à cobertura de estoques, a mesma prevê como critério de indenização para mercadorias e matéria prima o valor de venda ou de produção, limitado ao que for menor.

22 - Instrumentos financeiros e derivativos

A administração desses instrumentos é efetuada, pela controlada indireta, por meio de controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade pelo seu valor de mercado. A exposição aos riscos, no entender da Companhia, se limita a:

a) Risco de crédito: É representado pela inadimplência nas suas contas a receber de clientes, que é bastante reduzido devido ao fato da Companhia possuir políticas de análise e revisão periódica de cadastro para liberação de crédito. Em caso de inadimplemento a Companhia possui políticas de cobrança de clientes;

b) Risco de preço: Decorre da possibilidade de oscilação de preços de mercado dos produtos fabricados e dos insumos usados no processo produtivo, e se essas oscilações podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos. A Companhia e suas controladas, para minimizarem estes riscos, acompanham permanentemente os mercados locais e estrangeiros, buscando antecipar-se ao movimento de preços;

c) Risco de taxas de câmbio: Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta das flutuações cambiais. Atualmente este risco é considerado mediano, pois aproximadamente 22% das vendas são decorrentes de vendas para o mercado externo. Mesmo havendo estes riscos, a Companhia, e suas controladas, não

operam com a proteção (*hedge*) de suas operações que estejam atreladas a dólar, por compreender que se trata de risco administrável;

d) Risco de taxas de juros: Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas pela oscilação destas taxas. Em relação a este risco, é mantido acompanhamento permanente do mercado. A Companhia e suas controladas não atuam no mercado de derivativos financeiros, bem como não possuem instrumentos financeiros que não estejam reconhecidos em suas demonstrações.

Conforme mencionado na nota explicativa 3.22.2 - Principais alterações trazidas no CPC 48, a Companhia informa que procedeu com análise das referidas orientações, e informa que, embora tenham ocorridas alterações significativas relativas a avaliação e classificação de ativos e passivos financeiros, não foi identificado qualquer mudança de critério já adotado pela Companhia que pudesse causar impacto nas Demonstrações Contábeis e referidas notas explicativas.

23 - Receita

Apresentamos a reconciliação da receita bruta para com a receita líquida consolidada:

	31/12/2018			31/12/2017		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Receita bruta de produtos e serviços	164.640	46.629	211.269	159.763	40.508	200.271
(-) Impostos	(10.848)	-	(10.848)	(8.918)	-	(8.918)
(-) Devoluções	(378)	(481)	(859)	(434)	(496)	(930)
Receita líquida de produtos e serviços	153.414	46.148	199.562	150.411	40.012	190.423

O critério para reconhecimento da receita com vendas está de acordo com as orientações previstas no CPC 47 - Receita de contrato com cliente, conforme informado na nota explicativa 3.22.1 - Principais alterações trazidas pelo CPC 47.

24 - Custos operacionais

A seguir estão apresentados os custos operacionais segregados por natureza.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Salários	-	-	53.260	53.931
Matérias primas	-	-	26.368	27.071
Encargos sociais	-	-	13.626	13.175
Energia elétrica	-	-	12.302	12.635
Manutenção Industrial	-	-	8.560	9.677
Benefícios a empregados	-	-	9.698	9.197
Depreciações	-	-	5.600	6.010
Férias e 13º salário	-	-	4.701	5.804
Serviço de terceiros	-	-	5.329	5.003
Materiais de embalagem	-	-	4.531	2.660
Combustíveis e lubrificantes	-	-	1.784	1.630
Locações / Aluguéis	-	-	1.358	1.495
Indenizações trabalhistas	-	-	2.165	1.455
Equipamento de proteção	-	-	1.210	1.221
Taxas e encargos legais	-	-	488	944
Análises laboratoriais	-	-	1.097	868
Frete rodoviários e marítimos	-	-	590	537
Outros gastos	-	-	2.150	1.310
Total	-	-	154.817	154.623

25 - Despesas gerais e administrativas

A seguir estão apresentadas as despesas gerais e administrativas segregadas por natureza.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Salários	172	132	2.934	2.624
Serviço de terceiros	126	121	1.986	1.889
Encargos sociais	34	9	521	475
Benefícios a empregados	-	-	560	472
Depreciações	-	-	304	320
Férias e 13º salário	-	-	222	269
Indenizações trabalhistas	-	-	9	165
Manutenção industrial	-	-	69	104
Viagens e estadias	9	27	72	101
Taxas e encargos legais	45	2	114	83
Telefonia	-	-	71	80
Publicidade e propaganda	59	69	59	75
Energia elétrica	-	-	68	65
Outros gastos	13	22	294	522
Total	458	382	7.283	7.244

26 - Despesas com vendas

A seguir estão apresentadas as despesas com vendas segregadas por natureza.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Fretes rodoviários e marítimos	-	-	5.736	4.391
Custos aduaneiros	-	-	1.680	1.691
Salários	-	-	507	475
Serviço de terceiros	-	-	350	379
Publicidade e propaganda	-	-	323	257
Comissões sobre vendas	-	-	290	204
Provisões para perda	-	-	118	167
Encargos sociais	-	-	154	112
Telefonia	-	-	79	76
Análises laboratoriais	-	-	4	69
Férias e 13º salário	-	-	44	55
Benefícios a empregados	-	-	38	36
Abatimento sobre vendas	-	-	-	35
Combustíveis e lubrificantes	-	-	15	22
Viagens e estadias	-	-	29	21
Armazenagem	-	-	-	18
Depreciações	-	-	6	6
Outros gastos	-	-	5	68
Total	-	-	9.378	8.082

27 - Outras despesas operacionais

A seguir estão apresentadas as outras despesas operacionais.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Recomposição de débitos fiscais	-	-	9.718	79 (a)
Despesas gerais	1	4	920	1.638
Custo na alienação de ativos	-	-	17	64
Provisão para contingências	-	-	7.211	6.055
Reversão de créditos tributários	-	-	41	370
Provisão para perda	2.115	-	2.115	34.369 (b)
Total	2.116	4	20.022	42.575

a) Conforme informado na nota explicativa nº 15, a administração da Companhia, através de sua assessoria jurídica, procedeu na revisão das bases de seus passivos tributários, e desta análise identificou-se a necessidade de atualização de alguns débitos tributários, os quais encontram-se em instância de cobrança judicial junto a PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, a classificação destes passivos com relação ao risco de perda foi atualizada como de “provável perda”, e o montante apurado foi de R\$ 9.718.

b) Conforme informado na nota explicativa 8 - Outros ativos, em 31 de dezembro de 2018 a Companhia procedeu a revisão dos seus ativos, e desta análise identificou necessidade de reconhecimento de impairment no valor de R\$ 2.115, relativo a crédito oriundos de transferências financeiras realizadas com a empresa Agostinho Carrer Part. Ltda..

O montante de R\$ 34.369 refere-se ao registro contábil de provisão para perda do crédito prêmio IPI realizado em 31 de dezembro de 2017, o referido crédito fiscal está sob discussão judicial vinculada à ação ordinária de nº 87.0001354-4, e devido a avaliação apresentada pelos assessores jurídicos da Companhia em 31 de dezembro de 2017 para este processo, assim como as indicações constantes na norma brasileira de contabilidade técnica geral nº 25 - “NBC TG 25”, aprovada pela comissão de valores mobiliários através da instrução CVM nº 594/09, a Companhia procedeu ao reconhecimento da provisão para perda deste crédito, informações relacionadas ao crédito prêmio IPI estão apresentadas através da nota explicativa nº 7.

28 - Outras receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Créditos tributários	-	-	671	833
Receitas gerais	12	-	487	1.205
Receita na alienação de ativos	-	-	429	62
Benefício fiscal	-	-	-	25.218 (a)
Total	12	-	1.587	27.318

a) O montante de R\$ 25.218 refere-se a anistia de multa, juros e encargos legais concedidas através do PERT - programa especial de regularização tributária, detalhes relacionados ao racional e memória de cálculo dos valores estão apresentados através da nota explicativa nº 16.

29 - Despesas financeiras

As despesas financeiras estão apresentadas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Juros de atualização de dívidas tributárias	14	22	28.433	22.399 (a)
Juros de operações com partes relacionadas	2.255	1.702	8.373	6.673 (b)
Pis/Cofins s/receita financeira	-	-	86	1.203
Despesas decorrentes de títulos descontados	-	-	425	1.019
Descontos financeiros concedidos	-	-	253	230
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	87	157
Juros sobre compra a prazo	-	-	121	122
Variações cambiais passivas	-	-	144	-
Encargos legais	-	-	39.170	- (c)
Outras despesas financeiras	1	-	2	6
Total	2.270	1.724	77.094	31.809

- (a) Refere-se a atualização dos débitos de natureza tributária, tanto em situação parcelada com de valores em aberto.
- (b) Refere-se a atualização da dívida firmada com partes relacionadas, conforme indicado na nota explicativa 18.
- (c) Conforme informado na nota explicativa 15, a Administração da Companhia, através de sua assessoria jurídica, procedeu na revisão das bases de seus passivos tributários, e desta análise identificou-se a necessidade do reconhecimento de encargos legais de alguns débitos tributários, os quais encontravam-se em instância de cobrança judicial junto a PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, a classificação destes passivos em relação ao risco de perda foi atualizada como de “provável perda”, e o montante apurado foi de R\$ 39.170.

30 - Receitas Financeiras

As receitas financeiras estão apresentadas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Variações cambiais ativas	-	-	244	162
Descontos financeiros obtidos	-	75	75	78
Outras receitas financeiras	-	5	99	152
Total	-	80	418	392

31 - Informações por segmento

A Companhia, através de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, atua em dois segmentos distintos, a saber:

- a) Industrializados: Estão apresentados neste segmento, os resultados da industrialização e comercialização de industrializados de carne;
- b) Frigorífico - Abate e processamento de aves: Neste segmento são apresentados os resultados decorrentes das atividades frigoríficas resultantes do abate e desossa de aves.

No quadro abaixo, são apresentados os resultados consolidados por segmento de atuação:

	Industrializados		Frigorífico - Abate e Processamento de Aves		Corporativo (Centro Administrativo)		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2017
Receita bruta	85.795	73.131	125.474	127.140	-	-	211.
Impostos e devoluções	(10.298)	(8.565)	(1.409)	(1.283)	-	-	(11.
Receita líquida	75.497	64.566	124.065	125.857	-	-	199.
Custos	(49.264)	(47.134)	(105.553)	(107.489)	-	-	(154.
Lucro bruto	26.233	17.432	18.512	18.368	-	-	44.
Despesas administrativas	-	-	-	-	(7.283)	(7.244)	(7.
Despesas com vendas	(9.378)	(7.756)	-	(326)	-	-	(9.
Outras despesas operacionais	-	-	-	-	(17.907)	(41.602)	(17.
Provisão para perda	-	-	-	-	(2.115)	(973)	(2.
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	1.587	27.318	1.
Resultado antes dos efeitos financeiros	16.855	9.676	18.512	18.042	(25.718)	(22.501)	9.
Despesas financeiras	-	-	-	-	(77.094)	(31.809)	(77.
Receitas financeiras	-	-	-	-	418	392	
Resultado antes dos tributos	16.855	9.676	18.512	18.042	(102.394)	(53.918)	(67.
CSLL e IRPJ correntes	-	-	-	-	-	7.845	
CSLL e IRPJ diferidos	-	-	-	-	-	(7.008)	
Resultado líquido do exercício	16.855	9.676	18.512	18.042	(102.394)	(53.081)	(67.
Atribuído a acionistas não controladores							
Atribuído a acionistas controladores							(66.

(a) Os valores apresentados como “provisão para perda”, referem-se à:

Valor de R\$ 2.115 registrado em 31 de dezembro de 2018: Avaliação realizada pela Companhia relativa a teste de recuperabilidade de ativo (*impairment test*) sobre créditos em aberto junto a empresa Agostinho Carrer Part. Ltda, conforme já mencionado na nota explicativa 8.

Valor de R\$ 973 registrado em 31 de dezembro de 2017: Avaliação de ativos registrados no grupo de propriedades para investimento.

32 - Resultado por ação

Com o objetivo de reduzir custos administrativos e operacionais para a Companhia e seus acionistas, melhorar a eficiência dos sistemas de registros, controles e divulgação de informações, e ainda, dar maior visibilidade às cotações das ações da Companhia no mercado, através da adoção da negociação por unidade de ação, foi aprovado em assembleia de acionistas o grupamento da totalidade das ações da Companhia, a razão de 100 (cem) ações para 1 (uma) ação, da mesma espécie e classe, nos termos do Art. 12 da Lei 6.404/76.

Em atendimento a deliberação CVM nº 636/10 - resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação consolidado, em milhares de reais, acumulado no período.

	31/12/2018	31/12/2017
Quantidade de ações	7.100	7.100
Prejuízo líquido do exercício (consolidado)	(67.027)	(25.363)
Resultado diluído por ação	(9,44029)	(3,57220)

A integralidade das ações da Companhia é composta por ações ordinárias, não existindo diferenciação na participação das mesmas no resultado. Da mesma forma, a Companhia não possui quaisquer outros títulos que potencialmente possam ser convertidos em ações tais como debêntures, partes beneficiárias de lucros entre outros, tampouco possui ações em tesouraria, desta forma apresenta o mesmo valor do resultado básico e diluído por ação.

33 - Outras informações

Em assembleia geral ordinária realizada em 25 de abril de 2018, a Companhia elegeu seu conselho de administração, com mandato de 1 ano, composto por: Chao En Ming, Antonio Carlos Rago Cano, Cynthia Christina da Silva Vello e Welinton Balderrama dos Reis, no mesmo dia também foi realizada a primeira reunião do novo conselho de administração, o qual nomeou os membros para diretoria executiva estatutária da Minupar Participações S.A., com mandato de 1 ano, composta por: Sra. Carla Luciane Diedrich como diretora presidente, Sra. Margareth Schacht Herrmann como diretora, e Sr. Samuel Heydt como diretor de relações com investidores.

Com relação as controladas diretas Sulaves S/A. e Valepar S/A., em assembleia geral ordinária realizada no dia 25 de abril de 2018, foram eleitos: Sra. Margareth Schacht Herrmann como diretora presidente, Sra. Carla Luciane Diedrich como diretora, e a Sra. Cynthia Christina da Silva Vello como diretora, com mandato de 1 ano, e quanto a controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, foram nomeados: Sra. Margareth Schacht Herrmann como diretora presidente, Sra. Carla Luciane Diedrich como diretora e a Sra. Cynthia Christina da Silva Vello como diretora, com mandato de 1 ano.

Conselho de Administração

Antonio Carlos Rago Cano
Presidente

Welinton Balderrama dos Reis
Vice-Presidente

Chao En Ming
Conselheiro

Cynthia Christina da Silva Vello
Conselheira

Diretoria Executiva

Carla Luciane Diedrich
Diretora Presidente

Margareth Schacht Herrmann
Diretora

Samuel Heydt
Diretor de Relações com Investidores

Contador

Fernando Ataide Silva Jorge
Contador - CRC/RS 076618/O-0